



Senado aprova projeto que alivia dívida de estados e municípios



O governador do RS, Tarso Genro, e os senadores Luiz Henrique, Cássio Cunha Lima e Renan Calheiros durante a votação

Proposta, que agora vai para a sanção presidencial, prevê que o IGP-DI seja trocado pelo IPCA como indexador dos débitos com a União e que os juros, que hoje vão de 6% a 9% ao ano, caiam para 4%

A mudança aprovada pelo Senado é crucial para que estados e prefeituras retomem a capacidade de investimento. Quando a União assumiu as dívidas estaduais e municipais, nos anos 90, os termos do acordo eram vantajosos, mas a mudança da realidade econômica do

país inverteu o quadro. Tarso Genro, governador do Rio Grande do Sul — um dos estados que mais sofrem com a fórmula atual —, acompanhou a votação, como outros gestores. O presidente do Senado, Renan Calheiros, havia prometido pôr o projeto em pauta logo após as eleições. **3**

Projeto de lei admite família homoafetiva

Tem parecer favorável do relator na Comissão de Direitos Humanos, João Capiberibe, o projeto do Estatuto das Famílias, que reconhece as uniões homoafetivas como família. Na relação entre pais e filhos, o texto prevê punição para os delitos de abandono afetivo e alienação parental. A proposta é de Lídice da Mata. Um projeto com conteúdo semelhante tramitou na Câmara, mas acabou sendo arquivado. **11**

Avança texto que considera assédio moral como improbidade **2**

Dar sinal com o braço em faixa de pedestres deve passar a ser regra no país todo **10**

Proposta quer punir com multa cidadão que jogar lixo nas ruas **10**

Pode ir a sanção carreira de Estado para engenheiros **4**

Comissão decide legalizar terras em fronteiras **9**



"Vamos fiscalizar, cobrar, denunciar", afirma Aécio na volta à tribuna do Senado após as eleições

Aécio diz que fará oposição incansável

No primeiro discurso em Plenário depois de ter concorrido à Presidência da República, o senador Aécio Neves disse que o diálogo com o governo será atrelado à apresentação de propostas pela presidente Dilma e ao aprofundamento das investigações sobre a corrupção na Petrobras. Aécio reafirmou o peso da oposição, que, representada pela candidatura dele, recebeu 51 milhões de votos no 2º turno. **6 e 7**

CPI mista marca votação para 18 de dezembro

As reuniões da CPI Mista da Petrobras vão acontecer duas vezes por semana para cumprir o prazo de votação do relatório final. Ontem, parlamentares foram ao Supremo Tribunal Federal reforçar pedido de

compartilhamento da delação premiada do ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa. Na terça-feira, haverá depoimento da diretora-geral da ANP, Magda Chambriard, e do gerente da Petrobras Edmar Figueiredo. **5**

Entre Marco Maia e Vital do Rêgo, o ministro Luís Roberto Barroso (C) ouve integrantes da CPI pedirem compartilhamento de informações



Jefferson Rudy/Agência Senado

Assédio moral pode ser considerado improbidade

Projeto de lei de autoria de Inácio Arruda criminaliza a prática no serviço público. Relator, Pedro Taques apresentou substitutivo para incluir nova regra na Lei de Improbidade Administrativa

ASSÉDIO MORAL CONTRA o servidor público poderá ser enquadrado como ato de improbidade administrativa. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, o projeto de lei (PLS 121/2009) de Inácio Arruda (PCdoB-CE) que criminaliza essa prática na administração pública.

O relator, Pedro Taques (PDT-MT), apresentou substitutivo para acrescentar à Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992) mais uma hipótese de conduta contrária aos princípios do serviço público. Originalmente, Inácio pretendia inseri-la no rol de proibições da Lei 8.112/1990, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (RJU).

Segundo a justificativa do relator, o foco da intervenção foi deslocado para contornar a inconstitucionalidade que havia no texto da proposta.

“A iniciativa de projetos de lei referentes a servidores públicos e seu regime jurídico compete ao chefe do Poder Executivo respectivo e nem mesmo a sanção pode convalidar o vício de iniciativa e sanar a inconstitucionalidade



Taques (ao microfone) vê na conduta caso de improbidade administrativa

formal de proposições que violem esse preceito”, diz.

Decisão do Superior Tribunal de Justiça reconhecendo assédio moral de um ex-prefeito contra servidora municipal como ato de improbidade administrativa incentivou Taques a recomendar o enquadramento na Lei 8.429/1992.

“O assédio moral é uma prática execrável, que deve ser extirpada das relações de subordinação empregatícia, ainda mais no serviço público, onde o Estado é o empregador e o bem comum é sempre a finalidade”, sustenta o texto.

Definição

A definição dada sobre o que deve ser considerado

assédio moral, contida no PLS 121/2009, acabou sendo mantida no substitutivo de Taques: coação moral realizada por autoridade pública contra subordinado, por meio de atos ou expressões que afetem sua dignidade ou imposição de condições de trabalho humilhantes ou degradantes.

O texto ainda será votado em turno suplementar pela CCJ. O relator afirmou que analisará a sugestão de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) a respeito da conduta dolosa do agente coator. Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, o projeto será encaminhado à Câmara dos Deputados.

Mozarildo cobra posto da PF em Bonfim (RR)



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu que o Judiciário acolha pleito do Ministério Público Federal,

que, em ação movida contra a União, pediu a instalação, em 90 dias, de uma delegacia da Polícia Federal e de um posto da Polícia Rodoviária Federal em Bonfim, na fronteira de Roraima com a Guiana.

A medida está de acordo com projeto de Mozarildo que já virou lei e define a defesa da faixa de fronteira. O senador lembrou que o fluxo de brasileiros na região é grande, pois os produtos são mais baratos na Guiana. O comércio, segundo ele, impulsiona a ação de grupos criminosos.

— O pior é o contrabando, que é permanente, porque não há nenhuma fiscalização do lado brasileiro. Fora isso, também há o tráfico de pessoas, de jovens e de crianças — disse.

Humberto quer discutir políticas públicas

O líder do PT, Humberto Costa (PE), registrou ontem reunião da Executiva do PT que definiu novos rumos para o partido, entre os quais a valorização da participação social na discussão de políticas públicas. O senador lembrou que o PT sempre priorizou o diálogo com a sociedade e que defende o decreto que cria a Política Nacional de Participação Social.

— Não podemos permitir o retrocesso de ideias, o ressurgimento do conservadorismo, que venham devolver o Brasil às trevas em que estivemos metidos por séculos. O que precisamos agora é avançar, e não se avança ao lado dos que querem deslegitimar a democracia, dos que apelam a golpes militares. Então é importantíssimo que nos mobilizemos contra esse obscurantismo político — afirmou.

A oposição apresentou um projeto que derruba o decreto. O texto já foi aprovado na Câmara e agora está no Senado.

Casildo pretende estimular energias renováveis



Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou ontem projeto para incentivar a produção de energias renováveis por estados e municípios.

A proposta beneficia governos e prefeituras que não teriam condições de fazer empréstimos para essa atividade por causa do limite legal de endividamento.

Para viabilizar esses investimentos, o senador propõe que fiquem fora do limite de endividamento os empréstimos para projetos de energia solar, eólica e biomassa que tenham condições de se pagar.

Segundo ele, flexibilizar os limites de endividamento não significa descontrole das contas públicas. Isso porque, pela proposta, estados e municípios deverão provar que podem pagar os empréstimos para se beneficiarem dessa flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Audiência pública deve se tornar obrigatória em análise de PECs

Foi aprovado ontem, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o PRS 63/2013, que altera o Regimento Interno do Senado para tornar obrigatória a realização de audiência pública para instruir propostas de emenda à Constituição (PEC).

O autor, Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), argumenta que toda alteração constitucional requer prévia avaliação quanto às consequências para os segmentos sociais, “proce-

dimento que se faz necessário para a maximização de benefícios e minimização de danos para a sociedade”.

Em voto favorável, o relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), explicou que hoje é opcional a realização de audiência para embasar as PECs.

— É um projeto simples, para viabilizar um instrumento de participação dos cidadãos nos casos de mudanças do texto constitucional — frisou.

Senado Notícias alcança primeiro lugar em repercussão no mundo

A página Notícias do Senado no Facebook alcançou o primeiro lugar em repercussão de todas as páginas de governo na rede, incluindo perfis de relevância global, como os da Nasa e da Casa Branca, e perfis brasileiros com grande número de seguidores. O Brasil é o segundo país com maior número de usuários do Facebook no mundo, ficando atrás apenas dos EUA.

Na terça-feira, 756 mil pessoas estavam de alguma forma envolvidas nas publicações da Notícias do Senado, seja curtindo e compartilhando os posts ou debatendo assuntos relacionados à vida política

do brasileiro. Em primeiro lugar no mundo, a página foi seguida pelo Ministério da Justiça, com 707 mil pessoas se relacionando com a página, e pelo Conselho Nacional de Justiça, com 681 mil.

A colocação é resultado de uma semana em que a Notícias do Senado bateu recordes de audiência e alcançou os melhores números desde a criação, em 2010. Em sete dias, a página recebeu 40 mil novos seguidores, chegando a 232 mil assinantes.

O resultado no Facebook se refletiu nos perfis nas demais redes administradas pela Agência Senado e no Twitter.



Em uma semana, página recebeu 40 mil novos seguidores, alcançando 232 mil

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Votações

14h Sessão deliberativa.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

16h Renan preside a ordem do dia.

CRA Recursos hídricos

8h30 Audiência debate políticas para o semiárido e transposição do São Francisco.

CRE Política externa

10h A Comissão de Relações Exteriores promove audiência pública para examinar perspectivas para a política externa brasileira no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. O jornalista William Waack é um dos convidados.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Medida, que também beneficia municípios e vai para sanção presidencial, altera indexador de débitos com a União. Regra atual prevê reajustes anuais elevadíssimos

Senado aprova alívio para dívida de estados

POR UNANIMIDADE, O Senado aprovou ontem o projeto que reduz os encargos pagos por estados e municípios sobre as dívidas com a União. O texto era reivindicação antiga de governadores e prefeitos, que apontavam uma elevação da dívida de mais de 20% ao ano. O projeto já havia sido aprovado pela Câmara e agora vai para sanção presidencial.

De iniciativa do Executivo, o texto (PLC 99/2013 — Complementar) troca o indexador dessas dívidas, o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Além disso, reduz os juros, que variam de 6% a 9% ao ano, para 4%.

O projeto estabelece um limitador dos encargos, a taxa básica de juros (Selic). Quando a fórmula IPCA mais 4% ao ano for maior que a variação acumulada da taxa Selic, esta será o indexador. O objetivo é evitar que os estados e municípios acabem pagando à União juros mais elevados do que os vigentes no mercado.

A renegociação das dívidas com a União vinha sendo reivindicada por governadores e prefeitos. Um dos motivos é o fato de que as condições macroeconômicas da época em que os contratos de refi-

nanciamento foram firmados não estão mais presentes. A principal mudança está ligada a fortes elevações do IGP-DI, principalmente de 1999 a 2002.

O Rio Grande do Sul é um caso ilustrativo. Em 1998, tomou emprestado o equivalente a R\$ 9,8 bilhões. Até 2013, havia pago R\$ 16,8 bilhões. Hoje, ainda deve R\$ 44,3 bilhões.

Acompanharam a votação no Plenário os governadores Tarso Genro (RS) e Luiz Fernando Pezão (RJ) e os prefeitos Fernando Haddad (São Paulo), Eduardo Paes (Rio) e Arthur Virgílio Neto (Manaus).

Adiamento

Os senadores elogiaram o relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), o presidente do Senado, Renan Calheiros, por cumprir a promessa de votar o texto após as eleições, e a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), autora do primeiro projeto sobre o tema. Também foi lembrado o esforço dos governadores, especialmente Tarso Genro, e dos senadores gaúchos, que se uniram pela aprovação.

Para Luiz Henrique, a mudança vai possibilitar a estados e municípios retomar a capacidade de investimento.

— O Brasil está investindo em obras e ações da iniciativa pública apenas 2,5% do PIB.



O relator, Luiz Henrique (C), conversa com Vanessa Graziotin sobre projeto que muda indexador das dívidas com a União

Deveria investir no mínimo 5% para ter crescimento do PIB e desenvolvimento sustentável.

Segundo o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lindbergh Farias (PT-RJ), a aprovação do projeto é a correção de uma injustiça.

O texto havia sido aprovado pelas comissões em 2013. A promessa era ser votado em Plenário já em fevereiro de 2014, no início dos trabalhos. A demora na aprovação é atribuída, em parte, ao governo, que, na época, alegou que a conjuntura econômica mundial não favorecia a aprovação da matéria. O temor era que a redução dos encargos tivesse impacto nas contas do governo.

Entre as alterações rejeitadas, estão emendas relativas

à convalidação dos benefícios tributários concedidos sem a unanimidade do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), julgados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A convalidação estava presente no texto original do projeto, mas foi retirada na Câmara e a tentativa de recolocá-la no texto foi rejeitada pelo Senado. Um projeto com esse fim (PLS 130/2014) foi aprovado nesta semana pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e deve ser votado em breve pelo Plenário.

— A aprovação é a abertura do caminho para outro relatório, que é a convalidação dos benefícios para os estados — disse Walter Pinheiro (PT-BA).

Serão renegociados os con-

tratos celebrados com os estados e o Distrito Federal por meio da Lei 9.496/1997 e com os municípios por meio da Medida Provisória 2.185-35/2001. Além deles, a Câmara incluiu na renegociação dívidas assumidas pela União que bancos estaduais privatizados detinham em relação aos governos a eles vinculados. A alteração foi acatada pelo Senado.

Uma mudança que gerou reação do governo foi a inclusão, pela Câmara, de artigo que faz retroagir ao início dos contratos a aplicação do limitador da taxa Selic. A mudança foi mantida pelo Senado. Os encargos de todos os contratos serão recalculados, transferindo-se os efeitos financeiros correspondentes para o saldo devedor.

Para Haddad, nova regra garante solvência à Prefeitura de São Paulo



Haddad e Renan no Senado: regras atuais são insustentáveis, segundo prefeito

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), foi recebido ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para tratar da votação do projeto de repactuação da dívida dos estados e municípios, que ocorreu logo em seguida.

Para Haddad, a aprovação do projeto significa a solvência da capital paulista, que, caso contrário, chegaria a 2016 sem

capacidade de cumprir suas obrigações.

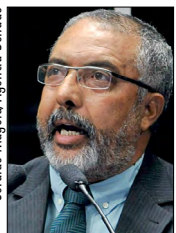
— Falo em nome dos 180 prefeitos que vão ser beneficiados e que estão na mesma situação que São Paulo, pagando IGP-DI mais 9%, o que é absolutamente insustentável — afirmou.

Sobre a resistência do governo a pontos da proposta que dificultariam a situação econômica em 2015 e a possi-

bilidade de veto da presidente Dilma Rousseff, o prefeito lembrou que o impacto é sobre o estoque da dívida e que o endividamento do setor público como um todo não muda.

— São Paulo vai continuar honrando seus compromissos perante a União até 2030, mas sem o indexador desequilibrado em relação às taxas de juros praticadas no mercado.

Paim: RS vai economizar R\$ 15 bi com mudança



Paulo Paim (PT-RS) reforçou a importância da votação do novo índice para a correção das dívidas de estados e municípios. Ele frisou que o indexador atual — que é o IGP-DI mais juros de 6% a 9% — torna as dívidas impagáveis pois, de 1999 a 2010, essa foi a aplicação financeira que mais cresceu: mais de 470%, enquanto a poupança ficou em 172%.

Paim disse que, para o Rio Grande do Sul, o novo índice será um alívio, já que a dívida tem inviabilizado investimentos importantes para o povo gaúcho.

— Para o Rio Grande do Sul significa, de imediato, como diz o governador Tarso Genro, uma economia de mais de R\$ 15 bilhões.

Anibal Diniz apoia repactuação de dívidas



Anibal Diniz (PT-AC) defendeu a aprovação de novo indexador para as dívidas de estados e municípios. Ele disse reconhecer o direito da União de adotar políticas de incentivo à indústria pela redução de impostos. Observou, no entanto, que essas medidas afetam as finanças de estados e municípios, pois reduzem a arrecadação de impostos que compõem os fundos de participação. Assim, o novo indexador é uma forma de compensar as perdas desses entes federativos, avaliou.

— Os estados e os municípios são os entes que mais sofrem com qualquer redução, porque todos os problemas estouram na mesa dos prefeitos e dos governadores — disse o senador.

Walter Pinheiro pede votações até dezembro



Walter Pinheiro (PT-BA) propôs que o Senado vote, até o final do ano legislativo, os projetos de interesse dos estados que estão sob exame dos senadores. Além do novo índice de correção das dívidas estaduais e municipais com a União, aprovado ontem, o senador quer a aprovação do projeto que regulariza incentivos fiscais concedidos por estados para atrair investimentos.

— Precisamos marcar a data para votar a convalidação. O senador Renan tem que assumir esse compromisso. Ele é presidente desta Casa e sabedor das dificuldades dos estados brasileiros. Nós, senadores, temos que cuidar das contas dos nossos estados.

Lúcia Vânia celebra aprovação de incentivos



Lúcia Vânia (PSDB-GO) comemorou a aprovação de projeto que apresentou em abril deste ano para legalizar isenções e incentivos fiscais ou financeiros concedidos pelos estados sem aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Aprovado anteontem pela Comissão de Assuntos Econômicos, o texto (PLS 130/2014 — Complementar) deve ser analisado pelo Plenário na próxima semana. E, ao virar lei, garantirá a manutenção dos incentivos.

A senadora explicou que a regularização é necessária porque o STF analisa uma súmula vinculante para declarar inconstitucionais todos os incentivos concedidos sem aval do Confaz.

Aprovada carreira de Estado para engenheiro

Proposta acatada na CCJ também considera carreiras de Estado as profissões de arquiteto e agrônomo e pode ir à sanção. Humberto Costa, porém, prevê veto presidencial

ENGENHEIROS, ARQUITETOS E agrônomos que ocupam cargos efetivos no serviço público poderão ter as carreiras reconhecidas como essenciais e exclusivas de Estado. É o que determina projeto da Câmara aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto recebeu 8 votos a favor e 6 contrários e poderá ir à sanção presidencial se não for apresentado recurso para votação em Plenário.

O projeto (PLC 13/2013) é de autoria do deputado José Chaves (PTB-PE) e teve o apoio do relator na CCJ, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

As carreiras típicas de Estado foram previstas na Emenda Constitucional 19/1998, que promoveu a reforma administrativa no serviço público. A classificação se restringiu a servidores das áreas jurídica, de auditoria e de gestão governamental.

O PLC 13/2013 altera a norma que regula as profissões de engenheiro, arquiteto e agrônomo (Lei 5.194/1966) para também enquadrá-las



Jucá defendeu a aprovação do projeto devido à relevância do trabalho dos profissionais da área no serviço público

como essenciais e exclusivas de Estado.

Em defesa do projeto, Jucá argumentou que as atividades realizadas por esses profissionais em órgãos públicos, cujo ingresso se deu por concurso, são essenciais ao país e devem ser reconhecidas como tal.

— O atesto de uma obra pública não pode ser feito por outra pessoa a não ser por um engenheiro definido para isso.

O que se está se reforçando aqui é o papel funcional, profissional de servidores que são extremamente importantes, mas que não têm o devido reconhecimento — disse.

Mesmo anunciando voto favorável, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu que médicos servidores públicos também tenham as carreiras classificadas como exclusivas de Estado. Como

esclarecimento, Vital do Rêgo (PMDB-PB) informou que deverá ser votada ainda este mês a PEC 46/2013, que cria a Carreira Nacional de Médicos de Estado.

Críticas

Para Pedro Taques (PDT-MT), o projeto fere o pacto federativo, uma vez que, ao qualificar uma função como exclusiva do Estado, tem

repercussão não apenas na esfera federal, mas também na municipal e na estadual.

Assim como Taques, Humberto Costa (PT-PE) reconheceu a importância do trabalho dos engenheiros, arquitetos e agrônomos, mas disse não concordar que sejam carreiras exclusivas de Estado e apontou inconstitucionalidades da proposta.

— São profissões tipicamente concorrentes entre o setor privado e o Estado. Esse tipo de matéria, quando chega na Presidência da República, todo mundo fica com raiva, mas é flagrante a inconstitucionalidade — disse, prevendo veto presidencial ao texto.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) concordou que não são atividades que só podem ser realizadas pelo Estado e disse que seu voto contrário não dizia respeito à relevância da atividade exercida pelos engenheiros, arquitetos e agrônomos.

— Não estamos julgando o mérito, mas o marco constitucional dessa iniciativa — afirmou.

Avança isonomia para policiais e bombeiros de ex-territórios

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC 14/2014) que iguala os salários de policiais e bombeiros militares dos ex-territórios do Amapá, Rondônia e Roraima, integrantes de quadro em extinção

do serviço público federal, aos valores pagos no Distrito Federal.

A PEC, que tem como primeiro signatário o senador José Sarney (PMDB-AP), complementa a Emenda 79, promulgada em maio, que reintegrou servidores

dos ex-territórios aos quadros da União.

Ao manifestar apoio à proposta, o relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), ressaltou que a PEC garante o princípio constitucional da isonomia.

“Tendo a União assumido a responsabilidade pelo

pagamento dos policiais e bombeiros militares dos ex-territórios e tendo-os integrado ao quadro da administração pública federal, não faz sentido conferir-lhes tratamento remuneratório diferente daquele dispensado aos policiais e bombeiros militares do Distrito

Federal”, argumenta Jucá.

Ao apontar a importância da proposta, o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse tratar-se de uma conquista histórica. Ele pediu urgência para a tramitação da matéria no Plenário, onde a PEC precisa ser aprovada em dois turnos.

Comissão de Assuntos Sociais acata pensão para Lais Souza

A ex-ginasta e ex-esquiadora Lais Souza, que perdeu os movimentos do corpo do pescoço para baixo após um treinamento, poderá receber da União pensão especial vitalícia. É o que determina o PLC 81/2014, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta segue agora para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O projeto teve origem na Câmara dos Deputados, onde foi apresentado pela deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) e aprovado em todas as comissões pertinentes em menos de um mês. No início de julho, veio para o Senado, chegando à CAS no começo do mês de agosto. O relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), deu parecer favorável.

A pensão para Lais Souza seria “personalíssima e intransferível”, o que significa que não pode ser transmitida aos herdeiros da ex-atleta. O pagamento do auxílio mensal

equivaleria a R\$ 4.390,24, o que corresponde ao limite máximo para esse tipo de benefício, segundo o Regime Geral de Previdência Social. A atualização periódica do valor também seguiria os critérios de reajuste do Regime Geral. O projeto aloca a despesa sob a rubrica orçamentária Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União.

A autora resalta que o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e a Confederação Brasileira de Desportos na Neve (CBDN) têm bancado tanto as despesas de tratamento médico e fisioterapia quanto a aquisição de equipamentos de mobilidade necessários para Lais. Isso é feito por meio de um seguro contratado pelas duas entidades. A autora do projeto enfatiza, no entanto, a necessidade de garantir à ex-atleta uma fonte permanente de subsistência.

Segundo o texto aprovado, o pagamento a Lais se justifica



Após acidente que a deixou paraplégica, atleta Lais Souza poderá receber do governo brasileiro um benefício vitalício

por ela ter representado o Brasil em competições esportivas internacionais desde os 12 anos de idade, quando chegou à Seleção Nacional de Ginástica Artística. O benefício segue os moldes daquele pago atualmente aos jogadores de futebol que compuseram as

equipes campeãs das Copas do Mundo de 1958, 1962 e 1970.

Lais Souza participou dos Jogos Olímpicos de 2004 e 2008 como integrante da Seleção Brasileira de Ginástica Artística. Também competiu nos Jogos Pan-Americanos de 2003 e 2007, nos quais

conquistou três medalhas de prata e uma de bronze. Desde 2013, se dedicava ao esqui aéreo, modalidade que faz parte do programa dos Jogos Olímpicos de Inverno. Durante um treinamento em janeiro, a atleta se chocou contra as árvores que cercavam a pista.

Após definir data para votação do relatório, parlamentares se reuniram com ministro do STF para reforçar pedido de compartilhamento da delação premiada de ex-diretor da Petrobras

Relatório da CPI será votado em 18 de dezembro

A CPI MISTA da Petrobras marcou ontem a apresentação e a votação do relatório final para os dias 10 e 18 de dezembro, respectivamente. Também definiu que, a partir de 17 de novembro, passará a se reunir duas vezes por semana, em vez de uma, para acelerar os trabalhos.

Na terça-feira, o colegiado deverá ouvir a diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Magda Chambriard, e o gerente de Contratos da Petrobras, Edmar Diniz de Figueiredo. Magda falará sobre segurança nas plataformas de petróleo. Figueiredo, sobre denúncia de que a empresa holandesa SBM Offshore, que aluga navios-plataforma, teria pago propina a funcionários da Petrobras.

Também na terça-feira, a CPI mista vai decidir se convoca ou

não, para depor, o presidente licenciado da Transpetro, Sérgio Machado, e o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque. O presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), e o relator, deputado Marco Maia (PT-RS), explicaram que não houve consenso entre os líderes para que os requerimentos de convocação fossem votados ontem.

— Houve uma divergência em relação a esses nomes. Criou-se um impasse. Nós resolvemos afastar o impasse neste momento para resolvê-lo na próxima semana e para que pudéssemos avançar nas votações do acordo de hoje [ontem] — esclareceu Maia.

Gim (PTB-DF) é um dos autores dos requerimentos para a convocação de Sérgio Machado. Segundo a justificativa, as investigações da



Presidente da CPI, o senador Vital (C) conduz reunião ao lado do vice, senador Gim (E), e do relator, deputado Marco Maia

Operação Lava-Jato têm levantado menções quanto ao envolvimento da Transpetro em ilícitudes de toda natureza. “Coincidentemente, Sérgio Machado ocupa a presidência da companhia há mais de dez anos”, diz o requerimento.

No dia 19, será discutido

o regime de contratação da estatal. Sessões para os novos depoimentos devem acontecer nos dias 20, 26 e 27 de novembro.

Ontem foi aprovado ainda requerimento para convocar o empresário Márcio Bonilho. Em conversa telefônica gra-

vada pela Polícia Federal, o doleiro Alberto Youssef trata com Bonilho de supostos pagamentos ao ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa.

Delação premiada

À noite, integrantes da CPI mista se reuniram com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, relator do mandado de segurança para compartilhamento da delação premiada de Paulo Roberto Costa. Barroso informou aos parlamentares que só vai decidir após receber parecer do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

O mandado de segurança em que a CPI pede acesso à delação foi encaminhado ao procurador-geral no dia 31. Janot tem prazo de dez dias para dar parecer.

— Não temos a presunção de exigir prazo do ministro. Ele sabe e eu senti nas suas palavras que ele vai brevemente oferecer as conclusões a partir das informações que receber — afirmou Vital.

Apesar do otimismo, o senador admitiu que, se a delação premiada não chegar em tempo hábil, haverá prejuízos aos trabalhos da CPI mista.

Oposição critica preservação de sigilos de empreiteiras

A reunião de ontem da CPI mista não agradou aos opositoristas. Eles deixaram a sala criticando a preservação de sigilos de grandes empresas citadas como participantes da corrupção na estatal.

— Desde o início, estamos cobrando as transferências de sigilos dessas empreiteiras. Lamentavelmente, isso não foi premiado em nenhum momento. O Brasil não vai ser passado a limpo se as empreiteiras não forem investigadas — afirmou o deputado Rubens Bueno (PPS-PR).

Apesar de contrariado, ele disse que “a CPI não morreu”, visto que a comissão tem informações capazes de ajudar a esclarecer o que está acontecendo na Petrobras.

O relator da CPI, Marco

Maia, defendeu-se, alegando que as quebras não foram pedidas por conta do pouco tempo restante. Ele lembrou que as propostas feitas pela oposição são extensas e não haveria prazo hábil para que as informações fossem recebidas e investigadas na sequência.

Segundo ele, os requerimentos não foram aprovados antes por conta da própria dinâmica da CPI:

— Isso não tem nada a ver com o governo, mas com a dinâmica que se produziu na CPI. Tivemos várias sessões administrativas marcadas no período eleitoral e não houve quórum, o que impediu que avançássemos em alguns pedidos. Mas as informações que temos são suficientes

para que possamos produzir um bom relatório — afirmou o parlamentar.

Indagado sobre a convocação de agentes políticos e integrantes de partidos citados em denúncias, Marco Maia disse que as lideranças fizeram acordo pela não convocação também em virtude do tempo curto de trabalho.

— Por conta do prazo exíguo, tivemos um acordo aceito por todos de que não trataríamos, neste momento, de convocações de ninguém da política, o que inclui tesoureiros de partidos, dirigentes e parlamentares. Não teríamos prazo hábil para fazer as convocações e ouvir a todos, então fizemos essa opção política.

O relator explicou que o

caminho escolhido foi dar prioridade a todos aqueles que têm relação direta com o objeto de investigação da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal.

— São pessoas com algum tipo de relação com Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef — explicou.

O ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef, presos na Lava-Jato, são acusados de operar esquema bilionário de desvio de dinheiro público na Petrobras. Os dois fizeram acordo de delação premiada e colaboram com a Justiça na tentativa de reduzir suas penas. Costa já recebeu o benefício da prisão domiciliar, depois de concluir os depoimentos.

Análise sobre aviação regional é adiada

Pedido de vista coletiva adiou para terça-feira a votação do parecer de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sobre a Medida Provisória (MP) 652/2014, que oferece subsídios à aviação civil regional para estimular o acesso da população ao transporte aéreo e aumentar o número de municípios e rotas atendidos. A solicitação foi

feita em reunião da comissão mista que discute a matéria.

O líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), afirmou que foi um acordo com a liderança do PMDB da Câmara, “que exigiu que a proposta fosse discutida na próxima semana, para não ser derrubada no Plenário”.

O relator apresentou subs-

titutivo estabelecendo alguns pontos não previstos no texto original editado em julho pelo governo. Entre as alterações, estão a definição do prazo de cinco anos, renovável por mais cinco, para a vigência da ajuda a empresas aéreas que operam voos regionais, e o limite para gasto com passagens aéreas a serem subsidiadas.

O relator propõe que 20% do Fundo Nacional de Aviação Civil vá para as subvenções e o restante para investimentos nos aeroportos. O fundo é formado pelo que é pago pela concessão dos maiores aeroportos nacionais (como Guarulhos e Brasília) e destina recursos para a melhoria da infraestrutura aeroportuária.

Senadoras são indicadas ao Conselho de Direitos Humanos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou em Plenário, ontem, a indicação de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Lídice da Mata (PSB-BA) para integrarem o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) em nome do Senado.

Criado originalmente em 1964, o conselho teve a regulamentação aprovada no Congresso por meio da Lei 12.986, em junho deste ano. Entre as atribuições, destacam-se receber representações ou denúncias de condutas contrárias aos direitos humanos; habilitar-se como assistente em ações

cíveis ou criminais sobre violações desses direitos; e recomendar a inclusão de matéria específica sobre o tema nos currículos escolares, especialmente nos cursos de formação de policiais.

O CNDH é formado por 22 conselheiros, com mandato de dois anos, sendo 11 representantes do poder público e 11 da sociedade civil. O Senado e a Câmara podem indicar dois membros cada um. Entre os membros da sociedade, um vem da OAB, um do Conselho Nacional dos Promotores-Gerais de Justiça e os outros nove das organizações sociais.



Votação do relatório de Flexa Ribeiro (1º à esq., à mesa) ficou para terça-feira

Oposição “incansável e intransigente” pelo Brasil, promete Aécio

O senador do PSDB, que ontem fez o primeiro discurso em Plenário depois de disputar a eleição para a Presidência da República, voltou a afirmar que o diálogo com o governo está atrelado à apresentação de propostas e compromissos da presidente reeleita Dilma Rousseff, assim como ao aprofundamento das investigações sobre a corrupção na Petrobras

NO PRIMEIRO DISCURSO após as eleições presidenciais de outubro, Aécio Neves (PSDB-MG) prometeu ontem fazer oposição “incansável e intransigente” ao governo da presidente reeleita Dilma Rousseff (PT). O senador disse acreditar que, dessa forma, respeita a vontade de todos os eleitores, e não apenas a dos que votaram nele.

— Ainda que por uma pequena margem, o desejo da maioria dos brasileiros foi que nos mantivéssemos na oposição e é isso que faremos. Faremos uma oposição incansável, inquebrantável e intransigente na defesa dos interesses dos brasileiros. Vamos fiscalizar, cobrar, denunciar — assegurou.

Ao retomar o mandato, Aécio frisou que levará adiante, como parlamentar, a defesa de propostas que seu grupo político apresentou ao longo da campanha.

— Retorno com convicções ainda mais sólidas. É nosso desejo contribuir para que o país avance através das reformas que os brasileiros esperam, como a política e a tributária, transformar o Bolsa Família e a segurança pública em políticas de Estado, melhorar a educação básica, recuperar o investimento em saúde, restaurar a Federação. Nosso projeto para o Brasil continua mais vivo do que nunca.

O senador mineiro falou por 30 minutos para um

Plenário e galerias lotados. Além da maioria dos 81 senadores, faziam parte da audiência os governadores Tarso Genro (PT), do Rio Grande do Sul; Luiz Fernando Pezão (PMDB), do Rio de Janeiro; e Teotônio Vilela Filho (PSDB) de Alagoas, e os prefeitos Fernando Haddad (PT), de São Paulo; Eduardo Paes (PMDB), do Rio de Janeiro; e Arthur Virgílio Neto (PSDB), de Manaus. Os governantes aguardavam a votação de projeto que reduz a cobrança de juros em dívidas de estados e municípios (*leia mais na página 3*).

Na presidência da sessão durante parte do discurso, o presidente do Senado, Renan Calheiros, elogiou a campanha “marcante,

histórica e patriótica” de Aécio à Presidência da República

Aécio fez críticas ao PT tanto no âmbito do governo quanto da campanha eleitoral. Para ele, a disputa pelos votos foi desigual.

— Nossos adversários cumpriram o aviso dado ao país: “Podemos fazer o diabo quando é a hora da eleição”. E fizeram. Os detentores do poder usaram despuadoradamente o aparato estatal para se perpetuarem no comando. A má-fé com que travaram a disputa chegou às raias do impensável. Espalharam o medo entre pessoas humildes, manipularam o sentimento de milhares de famílias — observou.

Em relação à administração de Dilma e do PT, Aécio



“Enxerguem através de cada manifestação a voz de mais de 51 milhões de brasileiros que não aceitam mais ver o Brasil capturado por um partido e um projeto de poder”, diz Aécio para um Plenário e galeria lotados

crítico a política econômica e acusou o governo de ocultar a realidade e não se preparar para lidar com os problemas.

— O Brasil escondido pelo governo na campanha eleitoral está se revelando. A presidente insistiu em negar o problema da inflação. Apenas três dias após as eleições, o Banco Central elevou os juros e [Dilma] sabia que iria fazer isso. O governo escondeu o rombo das contas públicas, a necessidade de ajustes

[de tarifas]. Ao adiar essas medidas, a conta aumenta. A triste realidade é que o governo não se preparou e não tem plano algum que tenha sido trazido ao conhecimento da sociedade brasileira — afirmou.

Diálogo

Em relação à proposta de diálogo e união nacional aventada por Dilma Rousseff em discurso após a divulgação do resultado das urnas, Aécio colocou-se a favor. Ressaltou, porém,

que isso deve estar atrelado a compromissos do governo. Ele exigiu ainda punições exemplares aos envolvidos no esquema de corrupção na Petrobras.

— Qualquer diálogo estará condicionado ao envio de propostas que atendam aos interesses dos brasileiros. E, principalmente, ao aprofundamento das investigações e exemplares punições àqueles que protagonizaram o maior escândalo de corrupção da história deste país,

conhecido como petrolão. A missão da presidente é unir o país. Para isso, é preciso falar a verdade e encarar nos olhos todos os brasileiros.

Assim como em sua manifestação anterior, na terça-feira, quando esteve no Senado e falou brevemente à imprensa, Aécio voltou a celebrar o que chamou de “novo Brasil que surgiu das urnas”. Para ele, sua candidatura extrapolou partidos e coligações.

— Assistimos ao despertar de um país sem medo, crítico, mobilizado, com voz e convicções, que não aceita mais o discurso e a propaganda. Os brasileiros descobriram que podem ser protagonistas do seu destino e tomaram posse do seu próprio país. Ocorreu o que não apenas para apoiar um nome, mas para defender uma causa.

O tucano concluiu sua fala retomando a ênfase no peso da oposição, que ele identifica não apenas

nos parlamentares eleitos e líderes partidários, mas em todos os seus eleitores.

— A oposição não terá a voz de um único líder. Ao olharem para as oposições no Congresso Nacional, não contabilizem apenas o número de cadeiras. Enxerguem através de cada gesto, voto, manifestação a voz estridente de mais de 51 milhões de brasileiros que não aceitam mais ver o Brasil capturado por um partido e por um projeto de poder.

Senadores elogiam tucano por campanha e o apontam como líder

Depois do discurso de Aécio Neves, vários senadores, correligionários ou não, usaram os microfones do Plenário para fazer elogios ao ex-candidato à Presidência da República.

Senadores do PSDB disseram acreditar que Aécio ainda tem um futuro promissor na política. Antônio Aureliano (MG) afirmou que o contrerrâneo “acendeu uma luz de esperança” e que “o destino lhe reserva o caminho do benfazer”. Lúcia Vânia (GO) apontou Aécio como um líder das oposições e disse que ele

terá competência para fortalecer a democracia no país.

Flexa Ribeiro (PA) disse que Aécio é um “estadista” que sai das eleições maior do que entrou e que sua liderança mudou o país. Ruben Figueiró (MS) afirmou que o candidato tucano foi um “grande vitorioso” nas eleições e “criou uma nova mentalidade, uma nova consciência”.

— Tenho certeza de que Vossa Excelência vai dirigir, no futuro, os destinos desta pátria — afirmou.

Paulo Bauer (SC) cum-

primentou Aécio por orientar a oposição no “grande papel de trabalhar em favor do Brasil” e lembrou que a maior vitória do partido no primeiro turno foi em Santa Catarina. Cícero Lucena (PSDB-PB) celebrou a determinação ao longo da campanha e testemunhou que só o viu abatido quando o candidato do PSB, Eduardo Campos, morreu, num acidente aéreo.

— Era um amigo, um companheiro, e compartilhava dos sonhos e do desejo de um país mais justo e solidário.

Cyro Miranda (GO) classificou a campanha eleitoral do PT de “canalnice de gente desqualificada que mentiu vergonhosamente”. Ele comemorou o fato de que Aécio “respondeu com propostas”. Cássio Cunha Lima (PB) lembrou que partiu de Aécio a iniciativa de telefonar à presidente reeleita Dilma Rousseff para parabenizá-la pela vitória e aproveitou para cobrar auditoria do resultado das eleições.

— Não podemos continuar convivendo com um sistema de apuração de sufrágio que seja inaudível. Precisamos de um sistema eleitoral auditável, que permita recontagem de votos quando necessário.

Senadores de outras legendas também fizeram intervenções elogiosas a Aécio Neves. Alguns integrantes de siglas que compõem a base do governo manifestaram postura independente e reiteraram preferência eleitoral pelo colega do PSDB.

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que votou em Aécio seguindo

sua consciência. Pedro Taques (PDT-MT), eleito governador de Mato Grosso em primeiro turno, lembrou que fez campanha ao lado de Aécio e pregou o entendimento entre partidos.

— Na democracia, as pessoas não devem se odiar, não devemos beneficiar os amigos nem prejudicar os adversários. O Brasil é maior que partidos. Foi uma honra pedir votos para Vossa Excelência.

Ataídes Oliveira (PROS-TO) afirmou que não é possível “coadunar com práticas ilícitas de um governo corrupto” e garantiu que seguirá Aécio no Parlamento. Magno Malta (PR-ES) garantiu a Aécio que ter perdido as eleições foi “um livramento de Deus”.

— Este país está quebrado, as medidas serão amargas e Vossa Excelência iria ter que pagar uma conta que não é sua. Agora quem vai ter que pagar é quem fez strip-tease moral em praça pública.

O partido de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apoiou a candidatura de

Aécio Neves a partir do segundo turno. Valadares recordou a proximidade entre o senador tucano e Eduardo Campos.

— Vossa Excelência conquistou milhões com sua coragem cívica, seu equilíbrio e sua firmeza nos momentos decisivos. Deixa o exemplo de que só devemos lutar com as armas da democracia, do respeito ao adversário, da convicção da defesa de nossas ideias.

Luiz Henrique (PMDB-SC) sublinhou a importância de uma oposição “firme e forte” para que haja um bom governo e exortou o candidato do PSDB a tirar da derrota um ensinamento. Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu a busca de diálogo responsável e maduro e destacou que a campanha de Aécio mostrou esse caminho.

— A política tem que focar momentos novos, olhar para a frente e levar esperança a todos os brasileiros. A campanha de Aécio fez isso. Não ganhou a eleição, mas está ajudando a mudar o Brasil.

Oposição precisa dialogar, afirma líder do PT

O principal contraponto ao discurso de Aécio Neves no Plenário ficou a cargo do líder do PT, Humberto Costa (PE). Para ele, a oposição precisa trabalhar com o governo, mesmo preservando pontos de vista divergentes. Segundo o senador petista, o partido da presidente Dilma Rousseff está aberto ao diálogo.

— É hora de desmontar os palanques e continuar o bom combate, o combate das ideias. Nós queremos dialogar. A presidente fez esse gesto, aliás, atendendo a um conselho de Vossa Excelência [Aécio] — disse.

Humberto condenou manifestações contra Dilma no domingo, em que grupos defenderam o impeachment da presidente e até mesmo a volta da ditadura militar. Lamentáveis também, na opinião do senador, foram as afirmações de ódio em redes sociais por parte de internautas que culpam os nordestinos pela eleição de Dilma.

— Não foi só o Nordeste que elegeu a presidenta Dilma. Rio, Minas Gerais de

Vossa Excelência e outros estados também.

Depois de elogiar o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), e o próprio Aécio, por condenarem essas manifestações, Humberto cobrou do senador uma posição mais forte contra os que apoiam uma intervenção militar.

— Precisamos, primeiro, defender com veemência a democracia no Brasil. Não nos cabe, como disse bem a presidenta Dilma, não saber ganhar, mas há muitos que talvez não estejam sabendo perder.

O líder do PT referiu-se ao trecho do discurso de Aécio em que ele negou a possibilidade de diálogo direto com a presidente, elogiando para debates o espaço do Congresso:

— Não há problema. Nós, a base do governo, eu que sou líder do PT, quero ter com Vossa Excelência, com a oposição, o mais amplo e franco diálogo.

Eduardo Suplicy (PT-SP) adotou um tom elogioso:

— Vossa Excelência capotou a atenção de todos, aliados ou adversários. Seus objetivos são comuns

a nós: transparência pública, combate à corrupção, defesa da liberdade e da democracia. Cumprimento sua disposição de dialogar e quero me colocar para ajudar, apesar de ter perdido a eleição — garantiu Suplicy, que está em fim de mandato e não foi reeleito.

Suplicy traçou um paralelo histórico entre Aécio e o avô Tancredo Neves:

— Vossa Excelência e os demais candidatos foram os protagonistas da sétima eleição direta e livre, pela qual seu avô e tantos outros lutaram.

Lídice critica polarização da política a um “terceiro turno”

Ao comentar as eleições presidenciais, Lídice da Mata (PSB-BA) repudiou tentativas de levar a polarização política a um “terceiro turno” da disputa eleitoral e propôs uma agenda unificadora que aprofunde a democracia e as mudanças no país. A senadora repudiou o que chamou de “tentativas minoritárias” de intervenção militar, lembrando que todos os principais candidatos estavam comprometidos com o avanço democrático e que a volta dos militares constituiria um retrocesso inaceitável.

A senadora espera a realização de uma reforma política profunda que democratize o Estado brasileiro.

— O que nós assistimos na eleição este ano foi uma vergonha, com a venda de legendas de diversas formas: ou por troca de cargos nos governos, ou mesmo a venda explicitamente compreendida como troca de recursos financeiros para que se pudessem fazer coligações que acumulassem mais tempo para um candidato do que para outro — disse.



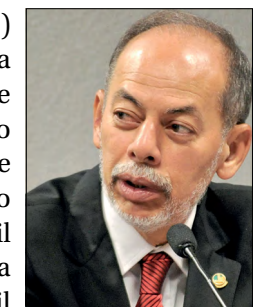
Edilene Rodrigues/Agência Senado

Inácio: reeleição de Dilma foi bem-aceita na América Latina

Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou que a reeleição da presidente Dilma Rousseff teve uma grande e boa repercussão em toda a América Latina. De acordo com o senador, a região “respirou aliviada” ao ver o Brasil optar por um projeto de justiça social. Inácio disse que o Brasil vem demonstrando que tem força para trilhar o próprio caminho de desenvolvimento.

— Essa luta interna recebeu aplausos de toda a América Latina. O Brasil tem um peso importante para toda a América do Sul — afirmou.

Inácio defendeu a política externa que o Brasil vem adotando nos últimos anos. Ele disse que o país pode e deve ter “relação de iguais” com os Estados Unidos e com os países da Europa. De acordo com o senador, o Brasil vem se livrando de imposições internacionais, como as regras do Fundo Monetário Internacional (FMI), e fortalecendo o contato com os países vizinhos e outras nações, como a China, a Rússia, a África do Sul e a Índia.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Vanessa defende reforma política urgente para o país

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) chamou a atenção para a urgência da reforma política no Brasil. A senadora lembrou que, desde as eleições gerais de 2010, o país reivindica uma transformação no sistema político. Segundo ela, se o Parlamento não fizer essas mudanças, o próprio povo fará, já que não aceita mais o método político brasileiro do “é dando que se recebe”.

Para Vanessa, as regras para suplência de senador, a votação em lista fechada e o financiamento de campanhas eleitorais são alguns dos temas que precisam ser discutidos urgentemente. Segundo a senadora, o sistema político brasileiro gera distorções, como a sub-representação feminina no Parlamento.

— Eu mais uma vez fiz questão de vir a tribuna para falar da reforma que considero fundamental e importante para o país. Sem desmerecer as demais reformas que precisam ser viabilizadas, creio que a reforma política é urgente, fundamental e necessária para o nosso país — disse.



Moreno Mattar/Agência Senado



O senador Flexa Ribeiro afirma que o colega Aécio Neves saiu da eleição presidencial “maior do que entrou”



Humberto Costa, líder do PT no Senado, diz que “há muitos que talvez não estejam sabendo perder”

Para presidente da comissão, aprovação da lei orçamentária dispensa a articulação política, uma vez que exame é dever do Congresso. Votação é adiada mais uma vez

Orçamento 2015 deve ser votado na semana que vem

O PRESIDENTE DA Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), cobrou responsabilidade dos parlamentares, tanto do governo quanto da oposição, que ainda não votaram o relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015.

A aprovação do relatório apresentado pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) abriria o prazo para apresentação das emendas à proposta orçamentária do próximo ano.

— O deputado e o senador têm que estar aqui na sessão, não tem articulação. O governo manda para cá a lei, o governo faz a sua parte. Os líderes têm a responsabilidade de articular. Se ninguém articula, quem paga o pato é o povo. Há uma pauta de responsabilidade dos parlamentares. É um dever nosso estar aqui, seja para votar favorável, contra ou se abster. Essa é a nossa função primordial. Já avisei a todos os líderes das bancadas, já comunicamos por escrito, já fizemos o que foi possível.

Infelizmente, não temos conseguido êxito — afirmou o presidente da comissão.

Na avaliação de Devanir, a demora na votação do relatório preliminar da proposta orçamentária de 2015 — que, pelo cronograma da CMO, deveria ocorrer em junho — não está relacionada ao resultado das eleições.

— O resultado eleitoral tem um momento de felicidade para quem ganhou e de angústia para quem perdeu. Isso não é problema. O Orçamento da União não é da oposição, não é da situação nem do governo. O Orçamento é responsabilidade de nossa Casa. Nós, os senadores e os deputados, somos corresponsáveis por aquilo que acontece no país. Por isso, aprovamos o Orçamento e fiscalizamos a execução orçamentária. Essa é a primeira função nossa e o maior projeto que votamos nesta Casa e em qualquer Casa legislativa — completou.

Ontem, a falta de quórum para deliberação tornou a impedir as votações na CMO.

A expectativa de Devanir é que o relatório seja votado terça-feira na presença da ministra do Planejamento, Miriam Belchior. Ela deve comparecer à audiência pública na comissão para falar da proposta orçamentária de 2015.

A vinda da ministra ao colegiado cumpre uma exigência do regimento da Casa. Miriam também deverá falar sobre o corte orçamentário no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

— Espero que a votação [do relatório preliminar] aconteça na presença dela. Quando vem um ministro, não deveria ser assim, a sessão fica mais cheia e eu aproveito esse embalo para aprovar em primeira votação. Ninguém pode ver um ministro que quer vir aqui para fazer um pedido. Infelizmente é assim — disse.

Projetos de lei

Além da proposta orçamentária, 35 projetos de lei do Congresso Nacional (PLNs) aguardam votação na CMO. A maioria dos projetos destina



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Devanir, atraso na análise do Orçamento não tem a ver com a eleição

recursos extraordinários a órgãos do Executivo para as mais diversas finalidades.

É o caso do PLN 31/2014, que reserva R\$ 248,2 milhões ao Ministério da Previdência Social para cumprir sentença judicial favorável aos aposentados e pensionistas do Instituto Aerus de Seguridade Social, dos ex-funcionários das companhias aéreas Varig, Cruzeiro e Transbrasil.

Em 19 de setembro, o desembargador federal Daniel Paes Ribeiro, do Tribunal

Regional da 1ª Região, proferiu sentença favorável ao Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) e à Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas da Transbrasil.

Assim, a União e o Aerus ficam obrigados a manter os pagamentos de complementação de aposentadorias, pensões e auxílios-doença a todos os participantes. Mesmo a União tendo recorrido da decisão, terá de efetuar os pagamentos, sob pena de multa por atraso.

Financiamento de campanhas será discutido em dois debates

A adoção do financiamento exclusivamente público de campanhas eleitorais, tema que voltou à tona com as discussões em torno da realização de um plebiscito ou referendo sobre a reforma política, será tema de duas audiências públicas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). As datas ainda serão definidas.

A ideia partiu de Pedro Taques (PDT-MT), que considera importante ouvir especialistas em direito eleitoral. Serão

convidados Carlos Velloso, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal; Fernando Neves, ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral; o promotor eleitoral de Guaranésia (MG), Thales Cerqueira; o ex-procurador eleitoral de São Paulo Luiz Carlos Gonçalves; e o presidente da OAB, Marcus Vinicius Coêlho, entre outros.

— Contando com a participação dos especialistas a serem convidados, tenho a certeza de que o Senado cumprirá seu papel ao fomentar o

debate e deliberar sobre tais projetos de forma a aprimorar as regras do jogo democrático — justificou Taques.

Avanços

O presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), lembrou que a comissão já avançou em vários dos temas que vêm sendo colocados em pauta na reforma política, como a própria questão do financiamento público de campanhas.

O colegiado aprovou, por exemplo, o PLS 268/2011,

que estabelece a destinação de recursos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em valor correspondente a R\$ 7 por eleitor inscrito, a serem aplicados exclusivamente por partidos políticos e candidatos nas campanhas. O texto aguarda votação no Plenário do Senado.

Outros projetos já aprovados pelo colegiado e que dependem de decisão do Plenário são o PLS 266/2011, que prevê a perda de mandato por desfiliação partidária, e a PEC

38/2011, que muda a posse do presidente da República para 15 de janeiro e de governadores e prefeitos para o dia 10 do mesmo mês.

A PEC 40/2011, que autoriza coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias (presidente da República, governador e prefeito), também já passou pela CCJ.

Vital lembrou ainda dos Projetos de Lei do Senado 265/2011 e 267/2011, encaminhados à Câmara dos Deputados.

Suplicy apresenta resposta do Instituto Butantan a denúncias de sindicato

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem, em Plenário, respostas do Instituto Butantan a uma série de denúncias do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas, Plásticas e Similares de São Paulo, Embu, Embu-Guaçu, Caieiras e Taubão da Serra.

Entre outros pontos, o sindicato questionou o cronograma de transferência de tecnologia entre a empresa Pasteur-Merieux (atual Sanofi-Pasteur) e o Instituto Butantan, que teria causado redução na produção de vacinas contra a gripe.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Citando o Butantan, Suplicy contou que a transferência começou em 2007, com inauguração de fábrica do instituto. Ele disse que o calendário segue o que estava previsto no acordo e lembrou que, em 2014, 10 milhões de

doses produzidas pelo Butantan foram aceitas pelo Ministério da Saúde. Outras 44 milhões foram entregues pela própria Sanofi-Pasteur para completar o programa de imunização do país.

Suplicy também apresentou respostas do Butantan a denúncias de assédio moral, nepotismo e falta de segurança no trabalho.

Vanessa elogia atuação do governo em defesa da Zona Franca de Manaus

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou ontem a decisão da União Europeia de não incluir a Zona Franca de Manaus (ZFM) nas contestações que apresentou à Organização Mundial do Comércio (OMC), questionando os incentivos fiscais que o governo federal concede às empresas brasileiras.

De acordo com a senadora, a decisão comprova a importância da Zona Franca de Manaus não só para o Brasil, mas para o mundo. Vanessa afirmou que a intervenção da presidente Dilma Rousseff foi fundamental para a decisão da União Europeia e destacou que o reconhecimento interno e externo do modelo de desenvolvimento nacional

da zona franca é fundamental, especialmente no contexto de mudanças climáticas.

— Agora temos também o reconhecimento internacional e isso é muito importante, porque, quando nós mantemos uma Zona Franca de Manaus, nós estamos mantendo e prestando um serviço ambiental contundente, não só para a Amazônia e Brasil, mas para o mundo inteiro — afirmou a parlamentar.

Em julho, o Senado aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 20/2014, que prorrogou os benefícios tributários da Zona Franca de Manaus até 2073, beneficiando mais de 600 empresas na região

Aprovada legalização de terras em faixa de fronteira

A CCJ aprovou, em decisão final, projeto que permite a legalização de títulos de imóveis de até 15 módulos fiscais localizados em faixa de fronteira. Texto vai à Câmara para análise das mudanças

OS PROPRIETÁRIOS DE até 15 módulos fiscais situados em faixa de fronteira poderão ter os títulos legalizados definitivamente, conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Cada módulo varia de 5 a 110 hectares, de acordo com o município. A faixa de fronteira é definida pela Constituição como até 150 quilômetros de largura, ao longo das divisas com os países vizinhos.

A proposta aprovada terminativamente (PLC 90/2012) revoga a Lei 9.871/1999, que estabeleceu prazo de dois anos para o requerimento da ratificação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), condição para tornar o título definitivamente legalizado.

Decorrido o prazo sem o pedido do interessado, ou não podendo ele preencher todas as exigências, o Incra ficou autorizado a cancelar o título e registrar o imóvel em nome da União. Muitos proprietários de imóveis rurais em áreas de fronteira não preencheram os requisitos da lei por possuírem o domínio precário de títulos não confirmados.

O texto do projeto aprovado pela Câmara previa a ratificação por decurso de prazo.



Gurgacz discorreu da legalização por decurso de prazo aprovada na Câmara

Dois anos após o protocolo do requerimento, a legalização seria dada como definitiva se a União não se manifestasse sobre o pedido.

No entanto, o relator do projeto na CCJ, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), discordou do procedimento.

“Parece-nos medida que afronta o parágrafo 2º do artigo 20 da Constituição federal, que determina ser a faixa de fronteira fundamental para a defesa do território nacional, sendo sua ocupação e utilização reguladas em lei”, argumenta no relatório.

O substitutivo apresentado pelo relator institui uma regra geral para ratificação automática dos títulos de imóveis com até 15 módulos fiscais e estabelece algumas condições para a confirmação dos regis-

tros dos imóveis maiores que o limite.

São necessárias, por exemplo, a certificação do georreferenciamento do imóvel e a atualização da inscrição dele no Sistema Nacional de Cadastro Rural. O requerimento será decidido em até dois anos pelo Incra — prazo que pode ser ampliado se for necessária uma diligência para a certificação do georreferenciamento. O substitutivo deixa claro que não se admitirá a legalização definitiva pelo decurso do prazo.

Como foi aprovado terminativamente, o substitutivo só será apreciado pelo Plenário do Senado se houver recurso nesse sentido. Caso contrário, vai diretamente à Câmara para análise das mudanças feitas pelos senadores.

Turismo não pode depender apenas de emendas, alerta Lídice

Lídice da Mata (PSB-BA) disse que é preciso rediscutir a política de ver o Congresso Nacional como injetor de recursos no turismo nacional por meio de emendas parlamentares. A senadora levantou essa questão na audiência pública realizada ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) sobre políticas públicas de estruturação dos destinos turísticos.

Para ela, a política de emendas parlamentares foi indispensável para a implantação do Ministério do Turismo há 11 anos, mas hoje esse processo torna as ações muito fragmentadas. Lídice explicou que o parlamentar põe o dinheiro que interessa a ele na cidade que lhe interessa.

— Eu penso que, para o estágio em que nós estamos na criação do ministério, do Sistema Nacional de Turismo, seja necessário rediscutir com o governo e com a presidente da República o que

se quer do turismo nacional — disse.

O presidente da comissão, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), afirmou que o Brasil precisa investir no turismo nacional não apenas para estrangeiros, mas para os próprios brasileiros.

— Os gastos dos turistas estrangeiros chegaram a R\$ 6,1 bilhões. A receita dos brasileiros no exterior foi de R\$ 23,1 bilhões. Estamos vendo aí que houve um déficit muito forte, um montante de aproximadamente R\$ 17 bilhões. Depreende-se daí que precisamos reverter esses números — afirmou.

O debate sobre as políticas públicas para o turismo nacional foi definido pela comissão após a edição da Resolução 44/2013, que determina que cada comissão permanente do Senado eleja uma política para avaliação. Ao final da sessão legislativa, a comissão deve apresentar relatório com as conclusões.



Audiência discutiu o desenvolvimento do turismo como política pública

Comissão debate hoje política externa no segundo mandato

As perspectivas da política externa brasileira no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff serão tema de audiência pública hoje, às 10h, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Foram convidados para o debate o jornalista William Waack, da TV Globo, e o analista Murillo de Aragão,

presidente da Arko Advice Pesquisas.

O requerimento para a audiência é do presidente da comissão, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

O debate visa examinar o legado da política externa do governo atual e refletir sobre opções estratégicas de rumos para o Brasil nessa área. Outro objetivo da discussão

é identificar propostas que mereçam ser levadas em consideração pela Presidência da República no próximo mandato.

Críticas ao governo

A audiência deverá ser a primeira oportunidade, após as eleições, de a comissão discutir as perspectivas de mudança na atual política

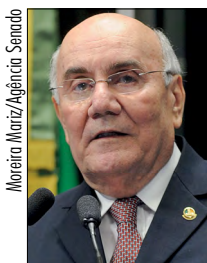
externa brasileira, bastante criticada por partidos da oposição recentemente.

Entre os pontos mais criticados, estão a concessão de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao governo de Cuba para ampliar o Porto de Mariel e a proximidade com países bolivianos, como a Venezuela.

Os opositores têm defendido uma reaproximação com os Estados Unidos e a celebração de novos acordos de livre comércio, como o negociado com a União Europeia.

Os defensores da atual política externa, por sua vez, têm ressaltado a necessidade de maior integração com os países da América do Sul e da África.

Flexa critica visita de ministro de Estado venezuelano ao Brasil



Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou, na terça-feira, a visita do ministro do governo venezuelano Elías Jaua ao Brasil. Jaua veio encontrar-se com líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O senador lamentou o fato de o governo da Venezuela ter firmado uma série de acordos com o MST. Ele disse que o movimento não tem legitimidade para representar o Brasil.

Para o senador, a visita representa a vontade da presidente Dilma de instalar uma ditadura socialista.

— Vamos responder à altura a toda e qualquer tentativa de transformar o sistema de governo que o Brasil tem hoje — disse.

Suplicy conta com 300 mil “curtidas” em sua página no Facebook

Em discurso na terça-feira, Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou 300 mil “curtidas” recebidas pela página pessoal dele no Facebook. O senador disse que se cadastrou no site em abril de 2013.

Suplicy lembrou que iniciou o primeiro mandato no Senado em 1991, “quando pouco ainda se usava computadores”. Disse que foi o primeiro parlamentar a pedir senha de acesso ao portal do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) na internet.

— Cheguei a causar preocupação, então, ao governo Collor, que, por 100 dias, interrompeu a transparência dos dados — recordou.

Suplicy também parabenizou os colegas Luiz Henrique (PMDB-SC) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) pela aprovação do projeto sobre a chamada guerra fiscal.

Cintra anuncia seminário sobre produção no agreste de Pernambuco



Douglas Cintra (PTB-PE) anunciou na terça-feira a realização de seminário sobre o arranjo produtivo local de confecção e o turismo como vetores do desenvolvimento do agreste pernambucano. O evento, promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), acontecerá amanhã, em Caruaru (PE).

De acordo com o senador, apesar do crescimento do polo de confecções e da importância socioeconômica, a região ainda enfrenta problemas como a elevada informalidade, a deficiência na qualificação profissional, as práticas ambientais irregulares, a baixa oferta de água e uma política tributária inadequada ao setor.



Algumas cidades como Brasília, Porto Alegre e Vitória já adotam a prática em passagens de vias onde não há semáforos

Aceno para travessia na faixa pode ser regra no país

Comissão confirmou aprovação de projeto que torna regra nacional a parada de veículos na faixa quando o pedestre der sinal com a mão. Proposta volta à Câmara para análise dos deputados

PROJETO QUE DETERMINA a adoção em todo o país de gesto com o braço para solicitar a parada dos veículos e permitir ao pedestre atravessar a rua na faixa sinalizada foi aprovado ontem, em turno suplementar, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A prática, que já é adotada com sucesso em Brasília, poderá valer para o país se passar a ser norma do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

A proposta aprovada na CCJ foi um texto substitutivo de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 26/2010.

Entre outras mudanças sobre a proposta original, o senador retirou dispositivo que exigia que o pedestre esperasse por outras pessoas para atravessar vias de grande fluxo.

O relator considera que, nesses locais, podem ser adotadas

medidas como semáforo para pedestres, passarela ou agentes de trânsito nos períodos mais críticos.

Valadares também modificou o texto para determinar que o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) seja responsável por ajustar o CTB e incluir a nova norma.

Como foi modificado no Senado, o texto terá de voltar à Câmara dos Deputados para exame das alterações.

Mudança na rescisão de planos de saúde será tema de audiência

Representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e dos consumidores de planos de saúde privados deverão participar de audiência pública para debater prós e contras de modificações propostas pelo Senado à legislação que rege tais contratos. A realização do debate foi decidida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ontem e será agendada.

A audiência busca subsidiar a votação do substitutivo ao PLS 433/2011, resultado da fusão de vários projetos. O texto propõe que os contratos

de planos e seguros privados de assistência à saúde só poderão ser suspensos ou rescindidos pela entidade prestadora por fraude ou nos casos em que haja atraso superior a 60 dias consecutivos do pagamento. Além disso, determina que não possa haver, por parte da operadora, a suspensão ou rescisão unilateral dos chamados planos coletivos. O relator é Paulo Davim (PV-RN).

Para Humberto Costa (PT-PE), a proposta afeta o equilíbrio econômico. Por isso, deve ser tratada com atenção.

Comissão aprova multa para quem jogar lixo na rua

Quem tem o costume de jogar o lixo no chão, nas ruas, vai ter que pensar duas vezes antes de repetir esse gesto. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto de lei que obriga municípios e o Distrito Federal a aplicarem multas a quem descarta lixo nas vias públicas. A proposta, de autoria de Pedro Taques (PDT-MT), recebeu parecer favorável do relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 523/2013 acrescenta à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) a proibição. Além disso, exige

que os municípios e o Distrito Federal regulamentem a forma correta do descarte e estabeleçam multas para quem descumprir a regra. O projeto dá o prazo de dois anos

para que os entes públicos regulamentem a nova lei.

Randolfe votou a favor do projeto, mas sem analisar o mérito, que ficará a cargo da Comissão de Meio Ambiente.



Relator do projeto, Randolfe Rodrigues (D) apresentou parecer favorável

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burtle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Proposta de Estatuto das Famílias, que tem parecer favorável do relator na Comissão de Direitos Humanos, também prevê ligação familiar entre enteado e padrasto

Projeto aceita união homoafetiva como família

A SOCIEDADE VEM mudando e, com ela, os conceitos de família. Enquanto o Código Civil de 1916 vinculava a família ao casamento e delegava ao homem a chefia da sociedade conjugal, o atual, de 2002, estabelece a igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges.

Uma nova reviravolta acontecerá caso o Congresso Nacional aprove o Estatuto das Famílias, previsto em projeto de lei elaborado por Lídice da Mata (PSB-BA) e inspirado em um estudo do Instituto Brasileiro de Direito de Família.

A proposta (PLS 470/2013) tem parecer favorável de João Capiberibe (PSB-AP), relator na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), e ainda será analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O estatuto revoga a parte do Código Civil que trata do direito de família e estabelece novas regras. Ao contrário do código, que introduz as questões familiares a partir do casamento, o estatuto protege a família em qualquer de suas modalidades, reconhecendo inclusive laços de parentesco gerados pela socioafetividade.

— Não é mais possível tratar questões da vida familiar, que perpassam por idealizações, sentimentos e perdas, valendo-se das mesmas normas que regulam questões meramente patrimoniais — argumenta Lídice.

O reconhecimento da relação homoafetiva como entidade familiar acontece quando o estatuto, ao rever o instituto da união estável, amplia sua conceituação, sem restringi-la à ligação formal entre homem e mulher.

— Ao não limitar aos heterossexuais o direito de se casar e constituir união estável, a proposição acolhe os avanços recentes observados em sede



Estatuto das Famílias, em análise no Senado, reconhece legalidade de uniões homoafetivas

judicial e administrativa no sentido de não discriminar a homoafetividade — ressalta o relator.

Segundo Capiberibe, num estado democrático de direito, a lei não pode afrontar o pluralismo e abrigar o preconceito.

Os novos arranjos incorporados pelo estatuto passam pelas famílias parentais (em que os membros têm relação de parentesco por consanguinidade) e recompostas (fundadas em parentesco por afinidade, como entre enteados e padrasto ou madrastra).

Texto pune alienação parental e abandono afetivo

A alienação parental e o abandono afetivo estão previstos na proposta do Estatuto das Famílias. O texto prevê punições, de modo a proteger a relação saudável entre pais e filhos. Os filhos não podem ser privados do contato regular com ambos os pais, independentemente de eles constituírem nova família.

— Para o direito, o afeto não se traduz apenas como um sentimento, mas principalmente como dever de cuidado, atenção, educação, entre outros — afirma a autora do

projeto, Lídice da Mata.

O Estatuto das Famílias define a alienação parental como a tentativa do pai, da mãe, dos avós ou de outra pessoa que tenha o menor sob autoridade de afastá-lo de um dos pais — criando dificuldades para o contato, apresentando falsa denúncia e mudando-se para local distante, sem justificativa, para dificultar a convivência familiar.

Com o indício de alienação parental, abre-se um processo judicial com tramitação acelerada. O alienador pode ser advertido, ser obrigado a pagar mul-

ta, ter o regime de convivência familiar alterado em favor do pai alienado e até ter suspensa a autoridade parental.

O abandono afetivo é qualquer ação ou omissão que ofenda direito fundamental do menor, entre eles a convivência familiar saudável. O texto classifica como dever de afeto dos pais a orientação quanto às principais escolhas profissionais, educacionais e culturais, a solidariedade nos momentos de dificuldade e o cuidado, a responsabilização e o envolvimento com o filho.

Proposta semelhante sofreu oposição na Câmara

A ideia de elaborar o Estatuto das Famílias não é exclusiva do Senado. A Câmara chegou a estudar o substitutivo a um projeto do deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) que também deslocava toda a parte do direito de família do Código Civil (Lei 10.406/2002) para uma lei especial. Divergências em torno da proposta (PL 674/2007) provocaram o arquivamento do texto em 2011.

A tramitação desse Estatuto das Famílias da Câmara foi relativamente

curta — pouco mais de três anos —, mas pontuada por turbulências regimentais nas duas comissões onde foi aprovado. Inicialmente, o relator na primeira comissão, deputado José Linhares (PP-CE), defendeu a rejeição. Quase dois anos depois, confrontado com dezenas de emendas, votos em separado e pedido de audiência pública, ele decidiu recomendar a aprovação parcial do texto.

As idas e vindas do projeto — que re-

formulava os institutos da união estável e do divórcio e ampliava os perfis de entidades familiares — foram agravadas com a resistência de parlamentares a aceitar a votação final na comissão, sem passar pelo Plenário da Câmara.

Isso sugere que o PLS 470/2013 também enfrentará forte oposição no Senado. O projeto de Lídice traz mais mudanças, como a possibilidade de reconhecimento da relação entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar.

Entidade católica pede que Estatuto das Famílias seja rejeitado

O Estatuto das Famílias já é alvo de críticas antes mesmo de ser colocado em votação na Comissão de Direitos Humanos (CDH). No final de agosto, a União dos Juristas Católicos de São Paulo e a Associação de Direito de Família e das Sucessões assinaram um manifesto conjunto pela rejeição da proposta, sob alegação de inconstitucionalidade.

As críticas feitas ao estatuto não se limitaram a questões técnicas, como o fato de silenciar sobre o direito das sucessões, ligado ao direito de família. A ampliação do conceito de entidades familiares, de modo a acolher as relações baseadas no afeto, foi duramente atacada na contestação encaminhada à CDH.

“Esse PLS propõe a devassidão nas relações familiares. A mancebia, a relação extraconjugal, a manutenção de amante fora do casamento ou da união estável, é o que o PLS pretende legalizar”, dispara o manifesto.

Dispostas a provar que a “ampliação ilimitada” das entidades familiares é inconstitucional, as entidades jurídicas atacaram diversos pontos do texto. O primeiro é o dispositivo que estabelece proteção à família — e a seus integrantes — “em qualquer de suas modalidades”.

Segundo argumentaram, a Constituição federal só reconhece como entidades familiares aquelas constituídas pelo casamento, pela união estável e as relações monoparentais, formadas pelo pai ou a mãe e os filhos. Para as entidades, ao exigir os mesmos deveres de amparo material e moral à família de quem for casado, ou viver em união estável, e constituir relacionamento paralelo com outra pessoa, o estatuto estaria “institucionalizando a poligamia no país”.

“Assim, propõe que a amante ou o amante tenham direito a pensão alimentícia e possam, ainda, requerer reparação dos danos morais e materiais que o amásio ou amásias tenham causado”, sustentam as entidades.

Circunstâncias ligadas a outros arranjos familiares previstos no PLS 470/2013 também foram criticadas. Dada a definição de família pluriparental — “constituída pela convivência entre irmãos, bem como as comunhões afetivas estáveis existentes entre parentes colaterais” —, as entidades levantam a hipótese de tentativa de legalização de relações incestuosas.

A apresentação do manifesto pela rejeição do Estatuto das Famílias não deve modificar o parecer favorável de João Capiberibe (PSB-AP), segundo a assessoria dele.

Aprovado ontem projeto que permite a empresas incluir 10% de aprendizes em cursos voltados para o mercado de trabalho esportivo. Proposta segue agora para votação no Plenário do Senado

Avança formação esportiva para jovem de baixa renda

A PROPOSTA QUE pretende ampliar o acesso dos adolescentes de baixa renda ao esporte e incentivar a formação profissional deles, como atletas ou prestadores de serviços na área esportiva, foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto (PLC 106/2013), de autoria do deputado André Figueiredo (PDT-CE), permite que qualquer empresa destine 10% da cota de aprendizes à formação de atletas ou de mão de obra qualificada para atividades de infraestrutura, gestão, organização e promoção de eventos esportivos.

Atualmente, a lei obriga os estabelecimentos de qualquer natureza a empregar e matricular nos cursos dos serviços nacionais de aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes cujas funções demandem formação profissional.

Essas empresas, no entanto, enfrentam dificuldades para

cumprir a cota, sobretudo em áreas onde não há oferta de cursos. Com o projeto, o aprendizado poderá ser relacionado ao esporte. Para isso, fica permitida a inclusão das entidades de prática desportiva no sistema nacional de aprendizagem profissional, sob supervisão do Ministério do Trabalho e Emprego.

— Aqui e no mundo, o crescimento do negócio do esporte está a demandar um grande contingente de trabalhadores

mais bem capacitados — defendeu o relator, Benedito de Lira (PP-AL).

A proposição também modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para garantir que o salário mínimo/hora (R\$ 3,29 por hora em 2014, segundo a Lei do Jovem Aprendiz) seja assegurado a todos os aprendizes, não só aos menores, conforme diz a redação atual da legislação.

O projeto segue agora para o Plenário.



Relator do projeto, Benedito de Lira quer ampliar formação esportiva de jovens

Pedro Franco/Agência Senado

Senado retoma na terça-feira votação de indicação ao TST

O Presidente do Senado, Renan Calheiros, encerrou a sessão de ontem sem votar a indicação do nome da desembargadora Maria Helena Mallmann para o cargo de ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A vaga é decorrente da aposentadoria do ministro Carlos Alberto Reis de Paula, em fevereiro deste ano. A análise da indicação será retomada na terça-feira.

A votação chegou a ser iniciada, mas foi suspensa por falta de quórum. Em agosto, Maria Helena Mallmann foi

sabatinada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Renan também leu a MP 657/2014, aprovada nesta semana pela Câmara, que torna o cargo de diretor-geral da Polícia Federal privativo de delegado da classe especial. Atualmente, o provimento do cargo é de livre nomeação e exoneração pelo presidente da República.

O prazo para apreciação da MP se esgota em 28 de novembro. A votação está pautada para a próxima semana.

Congresso adere a campanha por fim da violência contra mulher

O Congresso vai realizar sessão solene no dia 19, às 10h, para celebrar o lançamento da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher.

A campanha teve início em 1991, por iniciativa do Centro de Liderança Global de Mulheres (CWGL, na sigla em inglês). O objetivo é promover o debate e denunciar as várias

formas de violência contra as mulheres no mundo.

O período escolhido para a mobilização começa em 25 de novembro, Dia Internacional de Não Violência contra as Mulheres, e termina em 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Atualmente, cerca de 150 países participam do movimento

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Resolução da Participação Popular nos Projetos de lei do Senado

Projetos de Lei do Senado Federal: Opinar é um ato de cidadania



O Senado Federal aprovou resolução que torna mais fácil a participação popular durante a tramitação de uma lei. Agora, qualquer pessoa pode entrar no portal e-Cidadania, ler na íntegra os projetos de lei e expressar sua concordância ou não em relação a eles.

É o Senado Federal cada vez mais próximo e conectado com as necessidades da população.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Secom | Criação e Marketing